

# “Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração”: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964)<sup>1</sup>

## “So that the National Archive becomes an arsenal of the Administration”: notes on the José Honório Rodrigues administration (1958-1964)

Paulo Roberto Elian dos Santos

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Pesquisador do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz  
elian@coc.fiocruz.br

Ana Luce Girão Soares de Lima

Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e Pesquisadora do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz  
analuce@coc.fiocruz.br

**RESUMO:** Analisa a gestão de José Honório Rodrigues a frente do Arquivo Nacional, entre 1958 e 1964, por quando realizou o primeiro diagnóstico sobre a principal instituição arquivística do país e lançou um plano de ação inovador que contemplava a elaboração do projeto do sistema nacional de arquivos e a consequente aproximação com os órgãos da administração pública federal, a presença de especialistas estrangeiros, a formação profissional e a publicação em português de inúmeras obras de referência internacional. Entre as iniciativas de sua gestão destaca-se a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA) que representou experiência seminal de sistematização do conhecimento arquivístico em formato curricular e deu origem ao primeiro curso universitário de arquivologia, na década de 1970. Considera-se que a análise da gestão José Honório Rodrigues, na principal instituição arquivística do país, permite uma melhor compreensão do processo de institucionalização da arquivologia, no contexto histórico de democracia e desenvolvimento e seu impacto nas décadas seguintes.

**Palavras-chave:** Institucionalização da Arquivologia, Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, gestão de instituições arquivísticas, ensino de Arquivologia.

**ABSTRACT:** *This paper analyses the period between 1958 and 1964 the historian José Honório Rodrigues was in charge of the Brazilian National Archives. During his tenure, he made the first diagnosis of the situation of the main archive institution in the country. Rodrigues launched an innovative plan of action for the development of the national archive system, which brought federal public institutions together and resulted in the publication of several international reference works in Portuguese. One of his main initiatives at the head of the institution was the creation of the Permanent Archive Course (CPA), a seminal experience that included organizing the archival knowledge and structuring it as a curriculum. This was the origin of the first undergraduate course of archival studies in Brazil, in the 1970's. The analysis of Jose Honório Rodrigues's tenure at the main archive institution in Brazil offers a better understanding of the establishment of the archival studies in Brazil in the context of democracy and economic development and the impact of that process in the following decades.*

**Keywords:** *Institutionalisation of Archivology, National Archive, José Honório Rodrigues, management of archival institutions, teaching of Archivology.*

Quando fui diretor do Arquivo Nacional, lutei para que o Brasil estabelecesse uma política nacional de arquivos, isto é, um sistema nacional de arquivos; para que o Arquivo Nacional fosse a cúpula administrativa deste sistema, [...] para a manutenção da unidade e indivisibilidade arquivística, que torna menos dispendiosa para a Nação a manutenção permanente dos documentos. [...] procurei mostrar que o desenvolvimento econômico exige arquivos bem organizados e eficientes, pois em todas as horas de criação histórica nasceram ou se reformaram os arquivos nacionais [...]².

Qual a relação possível de estabelecer, nos anos 1950, entre a euforia nacional-desenvolvimentista do governo Juscelino Kubsticheck e a gestão do historiador José Honório Rodrigues a frente da principal instituição arquivística do país? O Arquivo Nacional não constava do Plano de Metas de Juscelino, mas o intuito de superar a estagnação, o atraso, é comum às formulações do presidente da República e do historiador. Posicionar o país e o Arquivo Nacional na modernidade eram objetivos semelhantes. No caso, José Honório buscava romper com o que considerava uma estagnação sem precedentes para uma instituição central do Estado, mas que possuía uma estrutura administrativa inapropriada, corpo de funcionários sem formação técnica, infraestrutura inadequada e um distanciamento significativo dos órgãos da administração pública. Ao assumir a direção do Arquivo Nacional, em agosto de 1958, José Honório Rodrigues colocou em marcha um conjunto de ações ousadas e inovadoras capazes de, na sua visão, posicionar a instituição como um “arsenal da Administração” e ao mesmo tempo “assegurar ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação” (RODRIGUES, 1959, p. 5). Dentre estas ações prioritárias procuramos abordar a estratégia combinada de trazer ao Brasil especialistas estrangeiros, fomentar a publicação de inúmeras obras que formaram uma ‘biblioteca de referência’ sobre os arquivos, e criar no Arquivo Nacional, no início da década de 1960, o Curso Permanente de Arquivos (CPA) embrião do primeiro curso universitário de arquivologia instituído na década de 1970. Este artigo pretende contribuir com a historiografia sobre os arquivos e a arquivologia no Brasil ao considerar a gestão do historiador a frente do Arquivo Nacional como um dos principais marcos do processo de institucionalização da disciplina na segunda metade do século XX.

## **Do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) à criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV)**

A reforma administrativa iniciada no período Vargas marcou a constituição do Estado moderno no Brasil. Com a criação do Dasp em 1938<sup>3</sup> o governo pretendeu estimular, desenvolver e coordenar esforços no sentido de racionalizar e aperfeiçoar a ação do Estado no âmbito da administração geral. Com base no princípio da impessoalidade e com ênfase no

controle, tentou-se instaurar uma versão nacional da burocracia weberiana, em um contexto de nacionalismo e intervencionismo do Estado como indutor do processo de industrialização.

Diretamente subordinado ao presidente da República, com atribuição nas áreas de organização e métodos e execução orçamentária, seus objetivos iniciais, entretanto, foram ampliados, de modo a abranger, também, a administração de pessoal e material. Essa ampliação de objetivos, tornou o Dasp mais abrangente que o seu modelo original, o Bureau de Orçamento dos EUA, situando-o mais próximo do Departamento de Administração Geral (WAHRLICH, 1983). Sob a direção de Luiz Simões Lopes<sup>4</sup> e o suporte do governo autoritário de Getúlio Vargas, centralizou a reforma administrativa do funcionalismo público, introduzindo critérios modernos de recrutamento e promoção que elegiam o mérito como a qualificação básica.

Vinculado à Presidência da República, o Departamento desempenhou um conjunto de funções normativas, de controle e operativas na administração de pessoal, destacando-se as atividades de seleção e aperfeiçoamento de quadros para o serviço público. Assim, dava-se início a um processo de profissionalização do pessoal, com a seleção de servidores públicos mediante concurso e seu aperfeiçoamento através de cursos, palestras e bolsas de estudo no exterior (SILVA, 2006, p. 87).

A meta de formação de funcionários públicos federais no exterior tinha, naquele contexto, os Estados Unidos como principal destino. Desde o início do ano de 1938 é possível verificar uma intensa troca de informações entre órgãos do governo brasileiro e a embaixada do país nos Estados Unidos, cabendo a esta apontar as possibilidades de estudos nas diversas áreas da administração, entre elas a biblioteconomia e os arquivos públicos<sup>5</sup>.

Os princípios instituídos pelo órgão deveriam se expandir para todos os ministérios que, naquele momento, subordinavam-se a ele. A elite técnica do Dasp inicia um processo de centralização da máquina burocrática estatal, apoiado em uma unidade, identidade própria e execução de reformas que, em grande parte, encontravam resistências no corpo funcional acostumado com os velhos hábitos presentes na administração pública brasileira (RABELO, 2012).

Quando o Estado Novo experimentava os primeiros sinais de sua crise, Simões Lopes lançou a iniciativa de criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na sua visão, o projeto da FGV era formar quadros de “alto nível” nas áreas de administração e economia para atuar nas agências do Estado e contribuir para o desenvolvimento do país. Suas ideias estavam, em certa medida, amparadas em sua experiência à frente do DASP desde 1938. Ao desligar-se do departamento em 1945 e assumir a presidência da FGV, Simões Lopes levou para a recém-criada instituição seus principais colaboradores (LOPES, 2003). Dessa forma, os primeiros tempos de estruturação da Fundação estão intimamente associados aos traços mais significativos da cultura profissional daspiana cultivada durante a primeira fase de sua história.

## **Arquivos, democracia e desenvolvimento: a década de 1950 no Brasil**

No pós-guerra, o Brasil passou por significativa mudança política com o fim do Estado Novo, a eleição do general Eurico Dutra, em dezembro de 1945, e a promulgação de uma nova Constituição em 1946. Nos marcos da Guerra Fria, o governo Dutra (1946-1951) representou o abandono do projeto nacionalista de Vargas e o alinhamento do país à política e aos interesses dos Estados Unidos. Esse quadro, contudo, tornou a sofrer mudanças com a eleição de Vargas em 1950. O segundo governo Vargas (1951-54) foi marcado pelo retorno do projeto nacionalista de implementação da indústria de base, que incluía a expansão da siderurgia e a construção de hidrelétricas e refinarias de petróleo, bem como o apoio à modernização do parque industrial. Essas iniciativas exigiam a capacitação de recursos humanos, a formação de pesquisadores, o fortalecimento e o incentivo à pesquisa para desenvolver uma indústria que pretendia substituir importações e tornar o país autossuficiente em produtos básicos. Nesse projeto, o conhecimento constituía-se em valor estratégico (MARTINS, 2004, p. 93). Ao lado das universidades, instituições como a Fundação Getúlio Vargas passaram a desempenhar papel crucial como formadoras de quadros profissionais.

Criada em 1944 com o objetivo de realizar estudos e pesquisas no campo da administração pública e privada e promover a capacitação de pessoal para o desempenho dessas atividades, a FGV teve sua trajetória inicial associada ao pensamento do ex-presidente do Dasp, Luiz Simões Lopes. Aos poucos, a instituição construiu uma sólida reputação e uma visível centralidade no cenário político, administrativo e científico brasileiro. Não por acaso, ali ganhou forma no início da década de 1950 o projeto de criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), para o qual desempenhou papel central<sup>6</sup>.

No mesmo período em que participava do projeto de criação do IBBB, a FGV dava seus primeiros passos no sentido de um projeto profissional para a administração dos seus arquivos, ao encarregar a funcionária do Protocolo do Serviço de Comunicações, Marilena Leite Paes, a organizar o arquivo da instituição em 1959. Após ingressar em 1955, no Protocolo da FGV, a recém-diplomada no ensino secundário passou a se familiarizar com os documentos que ingressavam e circulavam sem o controle da instituição, em franco crescimento e ampliação de suas áreas de atuação (SILVA, 2010). O projeto de constituição do arquivo da FGV ganhou forma a partir do momento que passou a contar com a colaboração de Maria de Lourdes Costa e Souza, convidada por Luiz Simões Lopes em 1959 para, ao lado de Marilena Leite Paes, conceber e implantar o sistema de arquivos.

Aprovada em concurso público e admitida pelo Dasp em 1938, Lourdes Costa e Souza logo passou a exercer o cargo de chefe do Serviço de Comunicações que definia as questões relacionadas aos arquivos. Nos marcos da política de capacitação de seus quadros, obteve desse órgão uma bolsa de estudos para fazer um treinamento nos Estados Unidos na área de arquivos correntes, e integrou ao lado de outros servidores brasileiros, o Corpo de

Funcionários Estrangeiros da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU). De volta ao Brasil, passou a transmitir os conhecimentos dessa experiência, ministrando cursos e exercendo funções, dentre elas a de consultora da FGV. Conhecer e estudar a estrutura organizacional da FGV foi a primeira tarefa assumida por Marilena e Lourdes Costa e Sousa. É possível afirmar que a presença desta foi fundamental para a viabilidade técnica e a implantação do sistema de arquivos da Fundação, trabalho que teve continuidade, sob a liderança da arquivista Marilena Leite Paes, sobretudo na formação e treinamento de uma equipe capaz de forjar um trabalho considerado, por longo tempo, pioneiro e de referência no campo da gestão de documentos de arquivo. Desta forma, podemos identificar nas origens da institucionalização da arquivologia como disciplina no Brasil, as primeiras etapas do processo de criação e implementação do Sistema de Arquivos da FGV, no final da década de 1950.

Nos anos 1950, a tarefa de modernizar a burocracia do Estado permanecia como uma necessidade fundamental. Ao lado da formação de pesquisadores e do fortalecimento do ensino superior, acordos de cooperação bilateral, sobretudo com os Estados Unidos, serviam para o intercâmbio técnico-científico, que incluía a vinda de técnicos estrangeiros ao país e a viagem de quadros da administração pública brasileira para estudos no exterior. A política de formação de quadros técnicos para gerenciar a máquina do governo contemplou profissionais como a bibliotecária Nilza Teixeira Soares e outros recém-recrutados para o serviço público por concursos do Dasp. Então bibliotecária do Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Nilza Teixeira Soares obteve, por meio de um processo de seleção do departamento, uma bolsa do governo americano para realizar cursos na American University, nas áreas de gestão de arquivos correntes, administração de arquivos permanentes e estágios junto à Biblioteca do Congresso, nos anos de 1952 e 1953<sup>7</sup>.

Bibliotecária de formação, Nilza Teixeira Soares ingressou no serviço público na década de 1940 e experimentou a explosão do conceito de “documentação”, apropriado pelos bibliotecários como um novo patamar epistemológico do desenvolvimento da disciplina biblioteconômica, mas ainda incapaz de delimitar as fronteiras conceituais, teóricas e metodológicas da arquivística e da biblioteconomia. Contudo, sua formação no exterior permitiu-lhe compreender a nítida diferença entre essas abordagens e projetar uma trajetória profissional na área arquivística, que se consolidaria nas décadas seguintes<sup>8</sup>.

A grande marca do governo Juscelino Kubitschek (1955-1961) foi o otimismo desenvolvimentista encarnado no Plano de Metas, cuja finalidade era modernizar o Brasil, dotando-o de indústrias de base e de bens de consumo duráveis, como automóveis. Inspirado nas análises do grupo formado em 1952 por membros da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e do recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Plano de Metas só foi possível graças ao processo de industrialização e de transformações capitalistas experimentado pela sociedade brasileira, desde a década de 1930. Desde aquela época, a mudança de nossa fisionomia social, de um sistema agro-exportador para uma

formação capitalista industrial dependente, contara com a crescente e decisiva participação do Estado na economia.

Um programa para “alterar a fisionomia econômica e social do país e acelerar o seu progresso”, assim, o Diário Carioca na edição de 2 de fevereiro de 1958, definiu o Plano de Metas em curso e responsável em grande medida pelo otimismo generalizado. A matéria destinada a tratar do tema com destaque, estampa a imagem sorridente de JK e encontra-se no arquivo de José Honório Rodrigues, que naquele momento já era um historiador reconhecido por suas obras publicadas e passagens pelo Instituto Nacional do Livro, Biblioteca Nacional e Instituto Rio Branco. Leitor e acumulador voraz do noticiário político, econômico e cultural que alimentava seu ofício, José Honório sempre acompanhou e participou da vida nacional. Construiu uma trajetória singular num período de “constituição da identidade dos profissionais de História, que a partir de 1930 cada vez mais deixavam de ser profissionais liberais, especialmente advogados, jornalistas e literatos, para se converterem em portadores de um saber específico” (FERREIRA, 2013, p. 10).

### **História e ofício do historiador: a trajetória de José Honório Rodrigues nas décadas de 1930 a 1950**

A compreensão do percurso da história como campo de conhecimento no Brasil, passa necessariamente pelo processo de profissionalização iniciado nos anos 1930 com a criação dos primeiros cursos universitários, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) em 1934 e na Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935<sup>9</sup>. Egresso do curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Brasil neste mesmo período, José Honório Rodrigues deu os primeiros passos na carreira de historiador e construiu uma trajetória singular no ambiente intelectual de sua época. Curiosamente, faz um percurso por fora da Universidade que se institucionalizava no contexto de uma nova fase das políticas educacionais.

Em sua tese de doutorado *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*, defendida em 1976, Raquel Glezer (1976) destaca José Honório como o primeiro autor brasileiro que defendeu a pesquisa pública e, sobretudo, produziu uma obra historiográfica numerosa e variada. Em 1988, um ano após seu falecimento, Francisco Iglesias conferia-lhe uma posição especial na historiografia brasileira, como pesquisador que mais se dedicou ao tema, no exame de livros de história, e mais contribuiu para o seu desenvolvimento (IGLESIAS, 1988, p. 55). Mais recentemente, ao ser indagado sobre seu papel no estudo da história da historiografia brasileira, o historiador Francisco Falcon desfaz o ‘exagero’ das entrevistadoras e posiciona José Honório Rodrigues não como um “precursor”, mas como um pioneiro, um desbravador, alguém que despertou os intelectuais, sobretudo os historiadores para uma realidade até então relegada ao segundo plano:

José Honório foi quase sempre um franco-atirador, do lado de fora, mantido fora da Universidade a maior parte da vida. Fez uma obra fantástica na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, mas nunca lhe deram a chance de uma cátedra na então Universidade do Brasil ou em outra universidade (GONÇALVES; GONTIJO, 2011, p. 378).

Autor de fundamental importância nas áreas de pesquisa, teoria e metodologia da história, José Honório Rodrigues formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1937. No mesmo ano, recebeu o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras (ABL) pelo ensaio ‘Civilização Holandesa no Brasil’, escrito em parceria com Joaquim Ribeiro<sup>10</sup>. Entre 1939 e 1944, atuou ao lado de Sergio Buarque de Holanda no Instituto Nacional do Livro (INL) e neste período passou por experiência crucial na sua trajetória profissional. Contemplado com uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, entre os anos de 1943 e 1944, participou de cursos de história na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e começa a se interessar pela metodologia da pesquisa histórica. Circula por diversos arquivos e bibliotecas e estabelece contato com o modelo norte-americano que anos mais tarde, ao assumir a direção do Arquivo Nacional, serviu como uma das principais referências das propostas formuladas para solucionar a questão dos arquivos brasileiros. Na visão de Raquel Glezer (1976) corroborada por Warney Ribeiro da Silva (2008), foi na temporada de estudos nos Estados Unidos que José Honório colheu os elementos para formular sua concepção engajada da história e do historiador e o ideal de modernização, disciplina e trabalho nos arquivos que não havia em nosso país<sup>11</sup>.

As décadas de 1940 e 1950 foram de intensa atividade profissional para José Honório Rodrigues. Em 1946, iniciou suas atividades como Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, função que exerceu até 1958. A passagem por esta função foi fundamental para os estudos e trabalhos que publicou, mas sobretudo permitiu-lhe empreender uma visão dinâmica à divisão encarregada de duas coleções das mais importantes da Biblioteca – a Documentos Históricos e Anais da Biblioteca Nacional<sup>12</sup>.

Entre 1946 e 1956 vinculou-se ao Ministério das Relações Exteriores, onde atuou como professor do curso de aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco e na Seção de Pesquisas, trabalhando no arquivo e na Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil. Como resultado destes trabalhos, elaborou o livro *Teoria da História do Brasil*, de 1949, ano de publicação de *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*<sup>13</sup>. Entre os meses de fevereiro e maio de 1950, com apoio do Conselho Britânico e do governo brasileiro, conheceu instituições de pesquisa histórica, arquivos, bibliotecas e universidades da Europa, ampliando sua visão sobre a importância da preservação e acesso às fontes documentais para o desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento histórico. Após seu retorno, publicou o folheto *As fontes da história do Brasil na Europa*<sup>14</sup>.

Desde o final da década de 1930 e ao longo da década seguinte, José Honório Rodrigues escreveu dezenas de artigos de metodologia, crítica histórica e historiografia para diversas

revistas e órgãos da imprensa. No início da década de 1950 publicou *A pesquisa histórica no Brasil*<sup>5</sup> obra que Francisco Iglésias (1988, p. 61) classificaria no grupo que denominou “Teoria, metodologia e historiografia”, segmento mais numeroso e de certo modo, o mais significativo pelo pioneirismo. Uma abordagem mais atualizada de sua contribuição para a história da historiografia brasileira nos oferece André de Lemos Freixo (2011) que ao investigar uma “fração” dos esforços de José Honório indaga sua “própria ideia de historiografia brasileira, que significaria para ele, simultaneamente, a história da História e a escrita da História, avaliando como ela se apresenta em sua narrativa para a evolução da pesquisa histórica no Brasil” (FREIXO, 2011, p. 147). O investimento nos aspectos profissionais da História como disciplina encontra-se na obra e nos registros documentais do seu arquivo. Seu projeto de criação de um Instituto de Pesquisa Histórica (IPH) que permitiria formação técnica e metodológica aos jovens historiadores é fartamente documentado em manuscritos, entrevistas e noticiários da imprensa que, sobretudo a partir da década de 1950, abordam a profissão e apontam a necessidade de investimentos na pesquisa histórica<sup>16</sup>.

Raquel Glezer, em sua intervenção no colóquio<sup>17</sup> dedicado a analisar a trajetória profissional e definir a personalidade do historiador, lembrou que José Honório Rodrigues bacharel em Direito teve uma formação autodidata nos anos 1930, e que começou como historiador tradicional com uma base profunda de erudição sobre o período colonial. Erudição essa que vai ser uma marca constante na sua obra, mas que nos anos 1960, ele passou a ser um intelectual extremamente ativo e politicamente engajado no período do nacional-desenvolvimentismo.

O historiador José Honório Rodrigues despontou num período de reconfiguração do campo intelectual brasileiro. Para Mariana Tavares (2013), nas décadas de 1950-1960 experimentamos a primeira fase de publicação dos trabalhos das universidades criadas nos anos 1930, momento a partir do qual a legitimidade do discurso histórico migrava dos institutos históricos para as universidades. Segundo a autora, José Honório “ocupava os dois mundos e operava nas duas lógicas”, ainda que sua atuação nos arquivos, bibliotecas e centros de documentação tenha sido mais expressiva do que nas universidades. Nesses “lugares da história” desempenhou uma intensa atividade de identificação e valorização dos documentos de arquivo, que irrigavam seu trabalho de “historiador interpretativo” capaz de analisar e criticar suas fontes<sup>18</sup>.

Destacada por diferentes autores, sua atuação como gestor em arquivos e bibliotecas foi marca distintiva de sua trajetória profissional. A nomeação, em 1958, para o cargo de diretor-geral do Arquivo Nacional representou o reconhecimento dessa trajetória e um ponto de inflexão para o historiador que passou a ter em mãos o desafio de traçar os planos do projeto de modernização de um dos mais reconhecidos “lugares de produção histórica<sup>19</sup>”.



## O Arquivo Nacional e as bases de um projeto inovador: difusão do conhecimento e formação em arquivologia

A história da arquivologia brasileira no século XX vêm ganhando crescente interesse entre os estudiosos. Nos últimos dez anos inúmeras pesquisas (FONSECA, 2005; GOMES, 2011; MARQUES, 2007, 2013; RODRIGUES, 2006; SANTOS, 2010; SILVA, 2010; SILVA, 2013) têm tomado como objeto de análise o percurso histórico da arquivologia no país com o intuito de compreender o processo de institucionalização e sua relação com o estatuto científico que a disciplina busca adquirir. Nessa perspectiva, não há como dissociar a aplicação dos princípios teóricos, dos métodos e das práticas arquivísticas, historicamente construídos, das ações e estratégias dos seus principais atores sociais. O Dasp, a FGV e o Arquivo Nacional, durante a administração José Honório, foram ‘lugares da arquivologia’ que, nas décadas de 1940 a 1960, experimentaram processos distintos nos quais os arquivos alcançaram um lugar na cultura e no projeto de desenvolvimento institucional.

À institucionalização do projeto da FGV, entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, podemos somar a gestão inovadora do historiador José Honório Rodrigues à frente do Arquivo Nacional. Durante a administração José Honório destacam-se as visitas dos arquivistas Henri Boullier de Branche, da França, e T. Schellenberg, dos Estados Unidos, a publicação de inúmeras obras de referência e a criação e implementação do Curso Permanente de Arquivos (CPA). Embora não tenham existido relações orgânicas entre a experiência da FGV, acima apontada, e o processo institucional do Arquivo Nacional no período, é possível afirmar que se complementam na medida em que incorporaram em graus diferenciados aspectos relacionados à experiência prática; ao conhecimento teórico e metodológico; à profissionalização e às políticas públicas.

Em 29 de agosto de 1958, o historiador José Honório Rodrigues tomou posse na direção do Arquivo Nacional<sup>20</sup>, com a tarefa de modernizar o órgão, criado em janeiro de 1838 como Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição monárquica de 1824. Para José Honório, sua missão resumia-se em encaminhar as soluções para a instituição tornar-se “um arsenal da Administração” e pudesse “assegurar ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação” (RODRIGUES, 1959, p.5). Três meses após sua posse, José Honório obteve a aprovação do Regimento Interno (Decreto n. 44.862 de 21/11/1958), transformando a estrutura do órgão, que passava a dispor de instrumentos mais compatíveis com a moderna arquivística europeia e norte-americana.

Nos primeiros meses, o intenso trabalho à frente da instituição seria revelado por sua correspondência com historiadores e outros profissionais do Brasil e de fora do país. Em carta de setembro, dirigida ao Prof. Eurípedes Simões de Paula da Universidade de São Paulo revela sua preocupação com o quadro de uma “repartição obsoleta” e suas prioridades iniciais:

Recebi sua carta de 25 de agosto, quatro dias depois de minha nomeação para o Arquivo Nacional e desde que assumi a 29 não pude mais responder nenhuma carta. Está tudo atrasado e não creio que nestes dois meses de outubro e novembro eu possa cuidar de outra coisa que não seja o Arquivo Nacional, pois encontrei uma repartição obsoleta, na estaca zero, com um regulamento de 1923. Já fiz um novo projeto de regulamento para uma reforma de base da instituição, preparei emendas no orçamento a fim de obter verbas para o ano que vem e estou providenciando maiores acomodações<sup>21</sup>.

Ainda com Simões de Paula, em carta de 31 de janeiro no ano seguinte, comenta, entre outros assuntos, o recebimento da *Revista de História* com seu artigo sobre Taunay, a participação em congresso no exterior e registra sua plena dedicação as tarefas do Arquivo Nacional:

Fui ao Equador participar da IV Reunião do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (17 a 29 de janeiro). Volto aos trabalhos administrativos do Arquivo Nacional, que têm me ocupado integralmente, impedindo os meus estudos. Por isso mesmo, não pude tratar da Comissão Nacional de História<sup>22</sup>.

As tensões e conflitos decorrentes de sua decisão de formular e implementar um projeto inovador, com mudanças estruturais, mas também de curto prazo, são apontadas por José Honório que revelava a possibilidade de “pedir demissão” diante de um quadro pouco alterado após um ano de gestão. Em carta de 18 de julho de 1959, dirigida a Howard F. Cline da Biblioteca do Congresso/Hispanica Foundation, lamentou a impossibilidade de comparecer a Reunião do Comitê de Bibliografia Histórica em razão do momento decisivo para o Arquivo Nacional:

A semana da Reunião foi decisiva para o Arquivo Nacional. Meu telegrama resumia minhas dificuldades para sair do Rio. Naquela semana decidia-se o problema das 23 pessoas a quem eu confiara tarefas básicas do Arquivo Nacional e estava ameaçado de demiti-las como fui obrigado a fazer. Pensei então em pedir demissão, e não está de todo afastada esta hipótese, caso não veja atendidas as novas providências que pedi. Vê você que o fato era sério e eu não podia me afastar do Rio. Não posso ficar neste cargo somente para ficar, sem fazer nada, ou fazendo tão pouco que me pareça insatisfatório<sup>23</sup>.

Sua peça de resistência e de maior significado político foi o relatório *A situação do Arquivo Nacional*, produzido após a experiência de um ano à frente da instituição. Pela primeira vez em sua história, o Arquivo Nacional contava com um diagnóstico detalhado de sua situação nos diversos aspectos relacionados à organização, recursos técnicos, infraestrutura, quadro de pessoal e orçamento. O problema técnico resumia-se à ausência absoluta de uma política de recolhimento, procedimentos de seleção e eliminação de documentos, organização e arranjo do acervo, elaboração de instrumentos, registro e inventário (RODRIGUES, 1959, p. 9). Superar a condição de “simples depósito de documentos entregues à sua guarda, sem controle técnico” era o desafio da principal instituição arquivística do país, que teria vivido

“anos de desinteresse arquivístico, de tentativa de transformação do Arquivo Nacional, em Arquivo Histórico” (RODRIGUES, 1959, p. 33). Com posicionamento original e corajoso para um historiador, José Honório não se furtou a apresentar sua visão naquele contexto:

A atividade histórica aí, no momento, deve ser apenas marginal e assessorar a administração do Arquivo. Só depois da solução dos problemas administrativos e arquivísticos é que o Arquivo Nacional deverá cuidar de História (Rodrigues, 1959, p. 66).

Ao assumir o Arquivo Nacional, um dos objetivos de José Honório era contar com a assessoria de técnicos europeus e norte-americanos que pudessem colaborar no estudo e no planejamento da reforma institucional que pretendia imprimir. Foi nesse contexto que ocorreu a vinda do técnico francês Henri Boullier de Branche, diretor dos Arquivos de Sarthe (Le Mans)<sup>24</sup>. Boullier colaborou no Curso de Arquivos e dirigiu um grupo de profissionais na elaboração do Inventário Sumário da Secretaria da Marinha. Mais do que este instrumento de pesquisa, Boullier de Branche deixou as bases de um método de classificação que, segundo sua análise, a instituição ainda não possuía. Mais do que um método de classificação, Boullier de Branche elaborou um “*Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*”, no qual abordava os mais diversos aspectos do planejamento, gestão administrativa e técnica de uma instituição arquivística<sup>25</sup>. No tocante à formação do pessoal, o arquivista francês estabelece uma ligação direta entre a formação de pessoal qualificado e o “futuro dos arquivos brasileiros”. Sem desqualificar o esforço do Dasp na criação de cursos destinados à formação de arquivistas, acompanhados de aulas práticas oferecidas no próprio Arquivo, Boullier afirmava que este esforço só teria prosseguimento e resultado satisfatório se viesse acompanhado da criação de uma escola de arquivistas da qual o Brasil tinha necessidade premente<sup>26</sup>. No segundo semestre de 1959, com a presença do técnico francês acontece o segundo curso em colaboração com o Dasp, conforme quadro:

**Quadro 1: Estrutura do Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo<sup>27</sup>**  
(Setembro-dezembro / 1959)

Matéria	No. de aulas	Docente
Organização e Administração de Arquivos	36	Henri Boullier de Branche
História do Brasil	24	Artur Cesar Ferreira Reis
Historiografia Geral e do Brasil - noções	20	Eulália Lahmeyer Lobo
Pesquisa Histórica	8	Guilherme Auler

Fonte: Fundo Arquivo Nacional, Arquivo Nacional.

A influência de Boullier de Branche na formação dos profissionais do Arquivo Nacional e de outras instituições que participaram do curso é destacada por Nilza Teixeira Soares, que, à época, já possuía a experiência de uma bolsa de estudos nos Estados Unidos na área de arquivos públicos, atuava como bibliotecária na Câmara dos Deputados e assessorou a instituição na organização da Seção do Poder Legislativo<sup>28</sup>:

É, realmente foi porque ele [Boullier de Branche] ensinou, as pessoas... até então os cursos de Arquivo eram muito primários porque só se falava em Arquivo e Protocolo e Arquivos Correntes e tramitação. Não se tinha nenhuma experiência para Arquivo Permanente, Arquivos Históricos... Então ele veio trazendo essa visão da França.

Eu acho que foi no segundo curso, no segundo período que as aulas eram dadas lá no Arquivo [Nacional], aulas práticas com o acervo do Arquivo. E a gente ia manuseando aquilo e fazia trabalhos, quer dizer, ele mandava a gente fazer pesquisas e desenvolver trabalhos. Eu fiz os dois cursos dele e, depois, no final, ele disse que ia me recomendar para uma bolsa que a França tinha<sup>29</sup>.

Maria Luiza Dannemann, que era chefe do Serviço de Assistência Técnica do Arquivo Nacional e ministrava cursos sobre noções básicas de arquivos, reforça a tese do impacto da presença de Boullier de Branche e sua importância para o grupo de profissionais que frequentou seus cursos e trabalhou sob sua orientação na elaboração de um inventário de documentos da Marinha. Ao que parece, a convivência com Boullier serviu aos técnicos como introdução aos elementos básicos da arquivologia francesa e encorajou o Arquivo Nacional – após sua partida, em fins de 1960 – a promover um curso com três disciplinas consideradas básicas: História Administrativa do Brasil, Técnica de Arquivo e Administração Pública Atual (DANNEMANN, 1972, p. 22).

Uma das recomendações formuladas por Boullier de Branche, a criação de uma escola ou uma série de cursos regulares para formação de arquivistas, começou a ser posta em prática já em 1960, com a criação do Curso Permanente de Arquivos, de dois anos de duração. Contudo, nos primeiros anos o curso não funcionou com regularidade em decorrência da falta de recursos financeiros, levando algumas matérias a assumirem características de cursos avulsos<sup>30</sup>.

Para José Honório Rodrigues, o quadro de pessoal era um dos problemas mais graves e, por isso, deveria ser considerado uma prioridade. Para solucioná-lo, uma das medidas propostas era a criação de um curso permanente de formação de arquivistas para portadores de diploma do então curso secundário. Sua inspiração era a *École des Chartes* da França e os cursos universitários europeus e norte-americanos (1959, p. 65). A formação de arquivistas de nível superior ou destinados às tarefas executivas começou efetivamente a ser objeto de cursos regulares ou avulsos, no início da década de 1960. As únicas exceções antes disso foram os dois cursos promovidos pela administração de José Honório Rodrigues em 1959, com apoio do Dasp.

Documento do Arquivo Nacional, elaborado na gestão José Honório Rodrigues, trata do plano da instituição para os cursos e apresenta as primeiras linhas do Curso Permanente de Arquivos que teria duração de dois anos, divididos em quatro períodos de quatro meses. As disciplinas inicialmente planejadas ficavam assim distribuídas:

A análise da estrutura proposta revela uma combinação singular e assimétrica dos 'tímidos' conteúdos arquivísticos com uma significativa presença da história, protagonista

ao lado de suas “disciplinas auxiliares”. Contudo, é possível afirmar que a experiência de formação profissional em uma instituição não-universitária, ao contar com servidores do Arquivo Nacional e professores e historiadores externos lançou, desde o início da década de 1960, as bases de uma ‘escola de arquivologia’ que passou por mudanças para atender demandas de formação e em 1977 seria abrigada pela universidade<sup>31</sup>.

**Quadro 2: Proposta de estrutura curricular do CPA**

1º ano / 1º Período Técnica de Arquivo História do Brasil Organização da Administração Pública	2º ano / 1º Período Organização e Administração de Arquivos Notariado Historiografia geral Documentação moderna (filmes, discos, microfímes)
1º ano / 2º Período Instrumentos de Arquivo História Administrativa do Brasil Disciplinas auxiliares da História do Brasil (genealogia, nobiliarquia, cartografia, heráldica)	2º ano / 2º Período História dos Arquivos (análise e confronto) Paleografia e Diplomática Historiografia do Brasil Pesquisa Histórica

Fonte: Fundo Arquivo Nacional, Arquivo Nacional.

Historiador pioneiro nos estudos voltados para o conhecimento da historiografia brasileira, José Honório Rodrigues esteve nos Estados Unidos no início da década de 1940 em viagem de pesquisas. A partir daí, familiarizou-se com o modelo norte-americano que servirá como uma das principais referências para suas formulações dirigidas à solução da questão dos arquivos brasileiros, partindo de situações inusitadas encontradas na principal instituição arquivística do país<sup>32</sup>. De acordo com José Honório,

nos Estados Unidos todos os documentos de origem federal e que merecem uma custódia permanente, são reunidos nos Arquivos Nacionais, e aí, de acordo com o princípio da proveniência, são distribuídos nos departamentos judiciário, legislativo, diplomático, industrial, de recursos minerais, cartográficos, militares e audiovisuais. É a durabilidade ou permanência de seu valor que garante ao documento sua entrada e atenção no arquivo. É a historicidade, que lhe dá acesso ao Arquivo, e assim não há Seção Histórica, pois todos os documentos de custódia permanente são igualmente históricos. (RODRIGUES, 1959, p. 38).

Como parte da estratégia de contar com técnicos estrangeiros que pudessem orientar a reforma institucional que pretendia empreender, José Honório trouxe ao Brasil, em 1960, o vice-diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, Theodore Schellenberg, que ministrava cursos de arquivo na *American University*, de Washington. Schellenberg estudou com profundidade o problema arquivístico brasileiro<sup>33</sup>, sugeriu a tradução de obras fundamentais da bibliografia arquivística, realizou conferências e cedeu os direitos autorais de trabalhos seus, entre os quais o Syllabus, curso dado em Washington, traduzido e publicado pelo Arquivo Nacional com o título de *Manual de Arquivos* e adotado no Curso Permanente de Arquivo mantido pelo Arquivo Nacional<sup>34</sup>. Para Luis Carlos Lopes (1997, p.60-61), o norte-americano

foi didático em seu documento: citou Hilary Jenkinson, arquivista britânico, e seu relatório sobre os arquivos da Jamaica, chamando a atenção para a importância de entender os arquivos “como uma necessidade nacional” e ao mesmo tempo, procurou com habilidade mostrar que a função de um Arquivo Nacional era administrar o conjunto dos arquivos federais.

As ideias do arquivista norte-americano chegaram aos profissionais brasileiros, sobretudo com a tradução de *Manual de Arquivos*, em 1959, e o livro *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*, em 1963<sup>35</sup>. Schellenberg, então vice-diretor dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, foi o nome mais frequente na série Publicações Técnicas contribuindo com seis títulos que passaram a constituir uma ‘biblioteca’ de referência sobre a gestão e as metodologias de tratamento dos arquivos.

Produzir uma ‘coleção’ de obras de referência sobre os arquivos era um dos objetivos de José Honório Rodrigues que colocou à serviço deste programa editorial sua experiência e capacidade de interlocução com instituições e profissionais dos Estados Unidos e da Europa. Para Mariana Simões (2013) a participação direta e o empenho do historiador foram centrais no programa editorial da instituição por meio do estabelecimento, pela primeira vez no órgão, de uma equipe formal dedicada à atividade editorial – a Turma de Publicações -, em 1958<sup>36</sup>, e da inauguração da Série Publicações Técnicas, no ano seguinte<sup>37</sup>.

Dos vinte e sete títulos da série Publicações Técnicas, vinte e cinco foram publicados entre 1959 e 1960, o que revela a intensão, a capacidade técnica e a agilidade para colocar à disposição das instituições de arquivo, órgãos públicos e profissionais, um conjunto de conhecimentos arquivísticos e informações inéditas no país. O primeiro livro da série, lançado em 1959, *O preparo de inventários preliminares* foi a tradução de um documento dos National Archives dos Estados Unidos. Segundo Simões (2013, p. 5) a série teve origem, dessa forma, na tradução de clássicos da literatura arquivística, até então inéditos no Brasil, e acabaria por estimular os profissionais da área a produzirem seus próprios textos, com relatos de experiências e manuais técnicos que seriam também editados como Publicações Técnicas nas décadas seguintes<sup>38</sup>. Por meio de seu empenho pessoal e capacidade de mobilização, José Honório Rodrigues “deu início a um de seus projetos editoriais mais importantes e duradouros, as Publicações Técnicas, trazendo professores e profissionais de arquivo renomados para visitar e estudar o Arquivo e providenciando a tradução de textos fundamentais da área” (SIMÕES, 2013, p. 11-12).

José Honório defendeu insistentemente uma valorização maior da dimensão administrativa do Arquivo Nacional como componente central do seu projeto inovador que incluiu um programa editorial destinado a priorizar títulos que refletissem esta dimensão e auxiliassem no aprimoramento da organização dos arquivos e na formação dos profissionais da área (SIMÕES, 2013). Enquanto os arquivos públicos fossem somente históricos, ou ressaltassem para a sociedade apenas este lado, sua relevância social estaria comprometida. Seria necessário então, de acordo com José Honório, para que as instituições arquivísticas

fossem valorizadas pela sociedade e pelo Estado, privilegiar sua dimensão administrativa, relacionada, para ele, à importância crescente dos arquivos ativos para a administração, devido ao desenvolvimento econômico e ao crescimento das funções administrativas baseadas em documentos.

## Considerações finais

A arquivologia no Brasil desenvolveu-se buscando estabelecer laços estreitos com o conhecimento produzido em países da Europa e nos Estados Unidos. A formação dos principais quadros profissionais que atuaram no país entre os anos 1940 e 1970 sofreu, de alguma forma, a influência das escolas vinculadas às tradições norte-americana ou francesa. Observa-se também, nesse processo, a combinação de influências sobre os profissionais brasileiros, com a prevalência de uma matriz anglo-saxônica sobre determinados agentes (indivíduos e instituições) que lideraram processos de institucionalização da disciplina, com uma marca inegável na gestão dos arquivos institucionais ainda sob a esfera da administração. A influência norte-americana foi notadamente expressa no uso da obra *“Arquivos Modernos: princípios e técnicas”* de T. Schellenberg, amplamente disseminada a partir da década de 1960. É nesse período também, que profissionais brasileiros com formação e/ou atuação nos arquivos passam a participar anualmente do tradicional Estágio Técnico Internacional de Arquivos realizado na França (MARQUES, 2013). É possível afirmar que a presença de técnicos estrangeiros, promovida na gestão José Honório Rodrigues a frente do Arquivo Nacional, estimulou a procura por uma formação no exterior.

Nos pós-guerra houve uma evolução progressiva dos princípios teóricos e das práticas arquivísticas, em resposta aos novos métodos e pesquisa e à utilização de métodos quantitativos e qualitativos. Para Marques (2013), nesse cenário, ocorreram algumas reformas administrativas na América Latina, das quais a implantação de vários cursos de arquivologia é um exemplo. No Brasil, o processo de institucionalização da arquivologia a partir dos anos 1940 revela-nos elementos comuns no que se refere ao lançamento das bases de uma disciplina associada ao processo de estruturação do Estado Moderno capitalista que dava os primeiros passos para formação de uma burocracia pública federal. A primeira década de atuação do Dasp, sob a liderança de Luiz Simões Lopes, confere sentido a esta afirmação, na medida em que se estabelecem os pilares de um conhecimento técnico que deveria instruir os temas da documentação, da biblioteca e do arquivo. Estas mudanças, no entanto, ainda parecem revelar a necessidade da assimilação de literatura mais ampla e especializada para orientar o tratamento dos arquivos em bases científicas mais seguras. A FGV, recém-criada, foi herdeira do conhecimento acumulado no Dasp e desempenhou uma função central na formação de quadros profissionais, sobretudo para as agências do Estado.

Foi a gestão José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional que promoveu pela primeira vez entre nós um debate sobre a urgência de reconhecermos o papel central da instituição

no desenvolvimento arquivístico do governo federal e do país. Contudo, no Brasil da euforia econômica e política dos anos JK, do presidente empreendedor e liberal, da esperança das classes médias por dias melhores e maior sintonia com o Estado do Bem-Estar Social, as ideias do historiador não encontraram ressonância no âmbito da máquina pública. Suas tentativas frustradas de colocar em funcionamento o Conselho de Administração de Arquivos no âmbito do Poder Executivo Federal com a missão de tratar de uma agenda básica, nos revela a baixa importância da autoridade arquivística – apontada no relatório de Schellenberg – e uma estrutura administrativa que, de um lado, se confrontava com um Arquivo Nacional propositivo, e de outro, ainda servia aos interesses patrimonialistas do sistema político<sup>39</sup>. Ao tecer uma análise sobre a burocracia pública federal no período JK, Celso Lafer (2002, p. 82-83) identificou a ocorrência de um processo de aprimoramento em termos de competência administrativa, mas afirma que o mesmo não foi, nem sistemático nem unilinear. A política de clientela persistiu em certas áreas, e suas pressões foram capazes de afetar o sistema em função das características da representação legislativa durante o período.

A gestão de José Honório Rodrigues teve início no governo JK mas atravessou tempos turbulentos da renúncia de Jânio Quadros ao governo do presidente João Goulart (1961-1964), período de intensa mobilização e radicalização política que culminou com o golpe civil-militar de 1964. Os anos iniciais foram, sem dúvida, mais produtivos com a elaboração do diagnóstico sobre o Arquivo Nacional e a mudança do seu regimento, a presença dos técnicos estrangeiros, e a preparação e lançamento de textos, manuais e relatórios que comporiam a série Publicações Técnicas. Em 1961, foi instituída uma comissão presidida por José Honório, com o objetivo de elaborar um anteprojeto para a criação do Sistema Nacional de Arquivos. O trabalho apresentado no ano seguinte não chegou a ser consolidado legalmente, nem as ações previstas foram executadas, ainda que tenha permanecido como referência para algumas lideranças profissionais da área por cerca de uma década (JARDIM, 1995).

Se a agenda da política nacional de arquivos e o lugar do Arquivo Nacional no âmbito da mesma não obteve os resultados desejados, as missões dos técnicos estrangeiros, a publicação de uma 'biblioteca de referência' com a Série Publicações Técnicas e o lançamento do Curso Permanente de Arquivo (CPA) foram iniciativas seminais para o desenvolvimento da arquivologia no país nas décadas de 1960 e 1970. Portanto, não é demais afirmar que José Honório Rodrigues representou um marco, uma inflexão na tradição histórica de diretores do Arquivo Nacional, ao traçar as grandes linhas das transformações necessárias ao Arquivo Nacional e às práticas arquivísticas que vigoravam na administração pública.



## Notas

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito no âmbito do projeto ‘A contribuição de José Honório Rodrigues à institucionalização da arquivologia no Brasil: o Arquivo Nacional entre 1958 e 1964’, que contou com o apoio financeiro da Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro por meio do edital de Auxílio à Pesquisa – APQ 1.

<sup>2</sup> Fundo José Honório Rodrigues, caixa 150, IEB// USP.

<sup>3</sup> O Dasp foi criado pelo Decreto-Lei n. 579 de 30 de junho de 1938, em cumprimento ao estabelecido no artigo 67 da Constituição de 1937, que instituiu o Estado Novo.

<sup>4</sup> Para a trajetória de Luiz Simões Lopes, ver SILVA, 2006.

<sup>5</sup> Correspondência da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil com autoridades brasileiras indica a existência de oportunidades para os servidores públicos brasileiros naquele país. Ver Dasp 665, Fundo Dasp, Arquivo Nacional/RJ.

<sup>6</sup> Para o processo de criação do IBBDD, ver Oddone, 2006.

<sup>7</sup> Em entrevista ao autor, Nilza Teixeira Soares chama a atenção para cooperação entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos por meio do instrumento denominado Ponto IV que viabilizava iniciativas de assistência técnica com os países subdesenvolvidos do continente. Nilza, destaca ainda o momento em que realizou o curso de especialização e a influência em sua formação como arquivista. Ver SOARES, depoimento de 20/08/2007.

<sup>8</sup> No final da década de 1950, Nilza Teixeira passou por uma nova experiência de capacitação no exterior, como bolsista do Conselho Britânico na área de documentação pública junto ao Parlamento e ao Arquivo do Reino Unido. Sua imersão na cultura arquivística europeia seria complementada no Estágio Técnico Internacional de Arquivos, promovido pelo Arquivo Nacional da França, em 1961. Ver SANTOS, 2010.

<sup>9</sup> Para maior conhecimento do processo de institucionalização dos cursos de história no Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 1940, ver FERREIRA, 2013.

<sup>10</sup> O ensaio foi publicado pela Companhia Editora Nacional na Coleção Brasileira, em 1940.

<sup>11</sup> Um colóquio realizado em 5 de maio de 1987, pelo recém-criado Instituto de Estudos Avançados da USP, para abordar a trajetória intelectual do historiador, falecido um mês antes, é o ponto de partida para o texto **Ressuscitando José Honório Rodrigues: arquivos pessoais e a História do Brasil**. Ver, SILVA, 2008.

<sup>12</sup> Edita quarenta volumes da primeira e nove da segunda

<sup>13</sup> **Teoria da História do Brasil**. São Paulo. Instituto Progresso Editorial, 1949; **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.

<sup>14</sup> **As fontes da História do Brasil na Europa**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.

<sup>15</sup> **A pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais**. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro, 1952. A Companhia Editora Nacional (São Paulo) preparou novas edições em 1969 (2ª) e 1978 (3ª).

<sup>16</sup> Para informações sobre o Instituto de Pesquisa Histórica (IPH), ver FREIXO, 2011. Documentos sobre as relações ente a atividade de pesquisa histórica e o projeto de criação do IPH, ver Fundo José Honório Rodrigues, caixa 11, IEB/USP.

<sup>17</sup> Para conhecer as intervenções de historiadores e cientistas sociais no referido colóquio, ver SILVA, 2008.

<sup>18</sup> Ver JÚNIOR, 2014.

<sup>19</sup> Esta expressão é empregada por Francisco Falcon ao se referir a singularidade do Rio de Janeiro que, ao contrário de outros lugares do Brasil, possui uma multiplicidade de instituições que cumpriram e ainda cumprem esta função de “lugares de produção histórica”. Ver GONÇALVES e GONTIJO, 2011.

<sup>20</sup> Compareceram a sua posse no Gabinete do Ministro da Justiça, Cirilo Junior, Vitor Nunes Leal, Caio Tácito, Embaixador Gilberto Amado, Otavio Tarquínio de Sousa, Ministro Ranulfo Bocaiuva Cunha, General Kruel, chefe de Polícia, Guilherme Aragão, diretor do Dasp, Bento Pereira, diretor da Imprensa Nacional, Prof. Hermes Lima, diretor da Faculdade Nacional de Direito, Elmano Cardim, Plínio Travassos, Evaristo de Moraes Filho, Artur Cesar Ferreira Reis, Raimundo Magalhães Jr., Virgílio Correia Filho, Américo Jacobina Lacombe, Augusto Meyer, Guilherme Auler, Plínio Doyle, Miguel Costa Filho, Pandiá Taupheus Castelo Branco, Gilberto Ferrez, Eulália Lahmeyer Lobo e Enio Silveira, entre outros. Lista manuscrita / Posse JHR Diretor do Arquivo Nacional no Gabinete do Ministro da Justiça, 29/08/1958, 16 horas. Ver Fundo José Honório Rodrigues, Caixa 118, IEB/USP.

<sup>21</sup> Ver Rodrigues, 2004.

<sup>22</sup> Ver Rodrigues, 2004, p.32.

<sup>23</sup> Ver Rodrigues, 2004, p.216/217.

<sup>24</sup> A presença de Boullier no Brasil, contou inclusive com cobertura da imprensa. O jornal O Globo de 26/01/1960 trouxe entrevista com o técnico francês que teceu comentários sobre a reforma em curso na gestão José Honório Rodrigues, os desafios do Arquivo Nacional e os trabalhos em

desenvolvimento sob sua supervisão. Ver Fundo Arquivo Nacional, AN 122, Arquivo Nacional/RJ.

<sup>25</sup> As relações do Arquivo Nacional do Brasil com a França e a presença e influência do pensamento arquivístico francês sobre a instituição são analisadas por ESTEVÃO e FONSECA, 2010.

<sup>26</sup> Em 1959, em cooperação com o DASP e ainda sem contar com a presença do francês Boullier de Branche, o Arquivo Nacional ofereceu o Curso de Preparação de Pessoal Auxiliar de Arquivo. Na grade curricular é possível notar a concentração de aulas nas disciplinas dedicadas à história administrativa do Brasil e às técnicas de tratamento de arquivos. Atuaram como professores do curso, o historiador Artur Cesar Ferreira Reis, e Nilza Teixeira Soares que juntamente com Maria Luiza Dannemann ministrou a disciplina Princípios de Técnica de Arquivo. Ver SANTOS, 2014.

<sup>27</sup> Destinado aos servidores do Arquivo Nacional, aos que concluíram o curso de Preparação de Pessoal Auxiliar e aos servidores lotados em setores de documentação, o curso teve duração de quatro meses. Todos os documentos referentes aos conteúdos das aulas ministradas por Boullier de Branche encontram-se no fundo Arquivo Nacional, Arquivo Nacional/RJ. Para um relato detalhado da passagem do técnico francês pelo Brasil, ver MARQUES, 2014.

<sup>28</sup> “Deixa eu pensar. Em 1960? Houve uma época que eu fui convidada pelo Arquivo [Nacional] por eu ter estado nos Estados Unidos, estudando, o José Honório pediu à Câmara e me requisitou para trabalhar com ele, para organizar um acervo de uma Seção chamada Legislativa, ou do Legislativo. Então eu fiquei no Arquivo Nacional e aí pude frequentar (...) O serviço público tinha a escola (...), o Dasp tinha cursos. E esse curso foi administrado pelo DASP, com o Boullier de Branche, depois do expediente, um período”. Entrevista de Nilza Teixeira Soares, concedida ao autor em 20 de agosto de 2007. Ver atividades e iniciativas da direção do Arquivo Nacional nos primeiros 15 meses que constam do relatório “A situação do Arquivo Nacional”, por José Honório Rodrigues, 1959.

<sup>29</sup> Entrevista concedida ao autor em 20 de agosto de 2007.

<sup>30</sup> O projeto de formação de técnicos remonta à gestão de Alcides Bezerra, que dirigiu o Arquivo Nacional entre 1922 e 1938. Criado pelo Decreto n. 15.596 de 2 de agosto de 1922, o curso técnico se destinava a habilitar os candidatos aos cargos de amanuense do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional e ao de 3º. Oficial do Museu Histórico Nacional. Contudo, este curso não foi organizado

e no início da década de 1930, o então diretor do Arquivo, Alcides Bezerra, propunha que o mesmo fosse incorporado à Universidade do Rio de Janeiro ou criado de forma autônoma, considerando que a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional haviam criado cursos independentes (RODRIGUES, 1959, p.50) –Ver também Mensário do Arquivo Nacional, 1975, p. 18.

<sup>31</sup> Sobre a trajetória do Curso Permanente de Arquivo (CPA) ver capítulo 2 – A arquivologia no Brasil (MARQUES, 2013).

<sup>32</sup> Referimo-nos aqui à Seção Histórica, que abrigava coleções formadas na própria instituição por “documentos históricos”, muitos dos quais retirados de fundos documentais, e, portanto, desgarrados de sua origem.

<sup>33</sup> Ao final do período, produziu o relatório “Problemas arquivísticos do governo brasileiro”, Arquivo Nacional, tradução Leda Boechat Rodrigues, 1960.

<sup>34</sup> A avaliação de Documentos Públicos Modernos, T. R. SCHELLENBERG, tradução de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

<sup>35</sup> No início da década de 1970, a tradução de sua principal obra pela arquivista e bibliotecária Nilza Teixeira Soares colocou à disposição da comunidade profissional um conjunto de técnicas e conceitos utilizados por Schellenberg no uso e na administração dos arquivos, que ajudaram a sustentar inúmeros trabalhos aqui desenvolvidos, sobretudo no tema da avaliação de documentos.

<sup>36</sup> O regimento aprovado em 1958 ainda no início da gestão de José Honório definiu pela primeira vez uma equipe que deveria se dedicar à editoração, a Turma de Publicações, subordinada junto com a Seção de Cursos do Arquivos Nacional, também recém-criada, ao Serviço de Pesquisa Histórica.

<sup>37</sup> No momento em que José Honório Rodrigues assumiu a direção do Arquivo Nacional existiam apenas a Série Publicações do Arquivo Nacional – que então abrigava instrumentos de pesquisa do acervo e edições de documentos – e os títulos avulsos. Ver SIMÕES, 2013.

<sup>38</sup> Para a relação completa dos títulos da série ver SIMÕES, 2013.

<sup>39</sup> A correspondência do diretor do Arquivo Nacional com os órgãos da administração pública federal para colocar em funcionamento o Conselho de Administração de Arquivos e o Grupo de Trabalho designado para “estudar os problemas de arquivo no Brasil e a transferência para Brasília” está documentada no Fundo Arquivo Nacional. Ver Fundo Arquivo Nacional, AN 654, Arquivo Nacional/RJ.

## Fontes

### Arquivo Nacional

Fundos: Arquivo Nacional; Dasp.

### Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)

Fundo José Honório Rodrigues

## Entrevistas

PAES, Marilena Leite (depoimento de 15/08/2006 e 23/01/2007).

SILVA, Jaime Antunes da (depoimento de 27/07/2015 e 31/07/2015).

SOARES, Nilza Teixeira (depoimento de 20/08/2007).

SOARES, Nilza Teixeira. <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/historiaoral/memoriadoservidor/nilza-teixeira-soares>.

## Referências Bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, 1975.

DANNEMANN, Maria Luiza Stallard. “O ensino da arquivística”, In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v.1, n. 0, out. 1972, p. 22.

ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura e FONSECA, Vitor Manoel Marques da. “A França e o Arquivo Nacional do Brasil”, In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 1, jan/jun. 2010, pp. 81-108.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício: a construção de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

FREIXO, André de Lemos. “Um “arquiteto” da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues”, In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 31, nº 62, 2011, pp. 143-172.

GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976 (Tese de doutorado).

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil: entre a memória e a história (1971-1978)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2011 (Dissertação de mestrado).

GONÇALVES, Marcia de Almeida e GONTIJO, Rebeca. “Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon”, In: **História da historiografia**. Ouro Preto, nº 7, nov./dez., 2011, pp.3 65-382. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/319/224>

IGLÉSIAS, Francisco. “José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira”, In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. 55-78.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1995.

JUNIOR, Paulo Alves. “José Honório Rodrigues”, In: PERICÁS, Luiz Bernardo e SECCO, Lincoln (Orgs.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LAFER, Celso. **JK e o Programa de Metas (1956-61): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Tradução de Maria Victoria Benevides, revista pelo autor. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LOPES, Luis Carlos. “A arquivística no Brasil vista pelo olhar do outro, do estrangeiro”, In: **Contracampo**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF, nº 1, 1997, pp. 57-70.

LOPES, Luiz Simões. **Luiz Simões Lopes II (depoimento, 1990)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2003.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007 (Dissertação de mestrado).

MARTINS, Eduardo Vieira. "O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do IBICT", In: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, nº 1, jan./abr. 2004, pp. 91-100.

ODDONE, Nanci Elizabeth. "O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil", In: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, nº 1, jan./abr. 2006, pp. 45-56.

RABELO, Fernanda Lima. "De experts a 'bodes expiatórios': a elite técnica do Dasp e a reforma no funcionalismo federal no Estado Novo (1938-1945)", In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, nº 2, jul./dez. 2009, pp.78-91.

RODRIGUES, Georgete Medleg. "A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais", In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez., 2006, pp. 7- 41.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

RODRIGUES, José Honório. **Nova correspondência de José Honório Rodrigues**. Organização, prefácio e traduções de Lêda Boechat Rodrigues; posfácio de Wamireh Chacon. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. "Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950", In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg e SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros/ Faperj, 2014, pp. 17-48.

\_\_\_\_\_. **Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Rio de Janeiro: Teatral/Faperj, 2010.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Memória Social/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013 (Tese de doutorado).

SILVA, Maria Leonilda Reis da. **História e memória do Arquivo Central da FGV**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais/ Fundação Getúlio Vargas, 2010 (Tese de doutorado)

SILVA, Suely Braga da (Org.). **Luiz Simões Lopes: fragmentos de memória**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

SILVA, Warney Ribeiro da. "Ressuscitando José Honório Rodrigues: arquivos pessoais e a História do Brasil", In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda e VARELLA, Flávia Florentino. **Caderno de resumos & Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia: tradições historiográficas modernas**. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

SIMÕES, Mariana. "José Honório Rodrigues, a Turma de Publicações e as Publicações Técnicas do Arquivo Nacional", In: **XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social**, ANPUH, Natal (RN), 22 a 26 de julho de 2013, Disponível em:[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346356\\_ARQUIVO\\_texto\\_Anpuh\\_MarianaSimoes\\_rev.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346356_ARQUIVO_texto_Anpuh_MarianaSimoes_rev.pdf)

TAVARES, Mariana Rodrigues. "O que faz o verdadeiro historiador – José Honório Rodrigues e a historiografia dos anos 1950", In: **Anais do 7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da História e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha**. Ouro Preto: EduFOP, 2013, pp.1-9.

WARLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma Administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983.

Recebido em: 15/05/2016

Aprovado em: 31/08/2016

**SÉRIE PUBLICAÇÕES TÉCNICAS DO ARQUIVO NACIONAL (1959-1963)**

<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Número</b>	<b>Ano</b>	<b>Observações</b>
O preparo de inventários preliminares	National Archives - EUA	Publicações técnicas, 1	1959	Tradução da Circular de Informação Pessoal n.14 dos Arquivos Nacionais dos EUA
Princípios de arranjo	T. R. Schellenberg	Publicações técnicas, 2	1959	Tradução de: Principles of arrangement. Staff Information Press; n.18
A seleção dos arquivos e a transferência de documentos	Jacques Levron e Jacqueline Mady	Publicações técnicas, 3	1959	Tradução Lêda Boechat Rodrigues e Aida Furtado
Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa	Ernst Posner	Publicações técnicas, 4	1959	Tradução Lêda Boechat Rodrigues
A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos	Michel Duchein	Publicações técnicas, 5	1959	Tradução Lêda Boechat Rodrigues
Os arquivos privados	Riccardo Filangieri	Publicações técnicas, 6	1959	Tradução Lêda Boechat Rodrigues
A situação do Arquivo Nacional	José Honório Rodrigues	Publicações técnicas, 7	1959	
A significação dos arquivos econômicos	Oliver W Holmes e Bertrand Gille	Publicações técnicas, 8	1959	Tradução Lêda Boechat Rodrigues
A avaliação dos documentos públicos modernos	T. R. Schellenberg	Publicações técnicas, 9	1959	Tradução Lêda Boechat Rodrigues
Manual de arquivos	T. R. Schellenberg	Publicações técnicas, 10	1959	Tradução Manoel Adolpho Wanderley
Os arquivos públicos e as bibliotecas	Randolf W. Church	Publicações técnicas, 11	1960	Tradução Lêda Boechat Rodrigues  Na <i>Biblioteca online</i> do Arquivo Nacional, o Arquivo Nacional (Brasil) aparece como autor
Os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos	Robert H. Bahmer; Ernest Posner	Publicações técnicas, 12	1960	Tradução Lêda Boechat Rodrigues
O preparo de listas de maços de documentos	T.R. Schellenberg	Publicações técnicas, 13	1960	Tradução Lêda Boechat Rodrigues

Problemas arquivísticos do governo brasileiro	T. R. Schellenberg	Publicações técnicas, 14	1960	Tradução Lêda Boechat Rodrigues
Os arquivos e os documentos públicos modernos	J. Mady e Robert Henri-Bautier	Publicações técnicas, 15	1960	Tradução Marilena Barbosa Vieira
O problema da transferência nos arquivos das grandes cidades	Odon Saint-Blanquat	Publicações técnicas, 16	1960	Tradução Marilena Barbosa Vieira
O catálogo coletivo nacional das coleções de manuscritos	Robert H. Land	Publicações técnicas, 17	1960	Tradução Manoel Adolpho Wanderley
Regras de catalogação da Divisão de Documentos Departamentais	Ken Muden	Publicações técnicas, 18	1960	Tradução Manoel Adolpho Wanderley
O registro nacional de manuscritos	Woward Peckham & Bell Irvin Wiley	Publicações técnicas, 19	1960	Tradução Manoel Adolpho Wanderley
Coleções de manuscritos, documentos de arquivo e filmes	Curtis W. Garrison & Dorothy Arbauch	Publicações técnicas, 20	1960	Tradução Manoel Adolpho Wanderley
Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil	Henri Boullier de Branche	Publicações técnicas, 21	1960	Teve uma 2ª edição em 1975
As transferências dos documentos das prefeituras para os arquivos departamentais	Henri Charnier	Publicações técnicas, 22	1960	Tradução Marilena Barbosa Vieira
O arquivista inglês: uma nova profissão	Hilary Jenkinson	Publicações técnicas, 23	1960	Tradução Manoel Adolpho Wanderley
Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais	R. Marquant	Publicações técnicas, 24	1960	Tradução Manoel Adolpho Wanderley
Manual de arranjo e descrição de arquivos	Associação dos Arquivistas Holandeses	Publicações técnicas, 25	1960	Tradução Manoel Adolpho Wanderley Teve uma 2ª edição em 1973
Os arquivos de Estado	Etienne Sabbe	Publicações técnicas, 26	1963	Tradução Manoel Adolpho Wanderley
Documentos públicos e privados: arranjo e descrição	T. R. Schellenberg	Publicações técnicas, 27	1963	Tradução Manoel Adolpho Wanderley

Fontes: <http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index>; Simões, 2013; Glezer, 1976.